

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aossestresfindos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na

especialização funcional das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas,

acessar <https://www.bancopaulista.com.br/Arquivos/GerenciamentoRiscos.pdf>. Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 25 de agosto de 2016. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota explicativa | 2016 | 2015 |
|---|------------------|----------------|----------------|
| Circulante | | 157.850 | 137.111 |
| Disponibilidades | 4 | 3.182 | 4.943 |
| Aplicações em operações compromissadas | | 99.800 | 72.196 |
| Aplicações em operações compromissadas | 4/5 | 39.200 | 11.799 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 4/5 | 60.600 | 60.397 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | | 22.416 | 39.949 |
| Carteira própria | 6 | 22.416 | 37.833 |
| Vinculados à prestação de garantias | 6 | - | - |
| Relações interdependências | | 555 | - |
| Transferências internas de recursos | - | 555 | - |
| Outros créditos | | 31.852 | 19.984 |
| Carteira de câmbio | 8 | 4.603 | 2.150 |
| Rendas a receber | 9 | 2.920 | 1.868 |
| Negociação e intermediação de valores | 9 | 12.668 | 11.151 |
| Diversos | 9 | 12.001 | 5.127 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 9 | (340) | (312) |
| Outros valores e bens | | 45 | 39 |
| Despesas antecipadas | - | 45 | 39 |
| Realizável a longo prazo | | 31.481 | 30.055 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | | 27.054 | 22.244 |
| Carteira própria | 6 | 27.054 | - |
| Vinculados à prestação de garantias | 6 | - | - |
| Outros créditos | | 4.427 | 7.811 |
| Diversos | 9 | 4.427 | 7.811 |
| Permanente | | 270 | 417 |
| Investimentos | - | 2 | 2 |
| Imobilizado de uso | - | 205 | 303 |
| Intangível | - | 63 | 112 |
| Total do ativo | | 189.601 | 167.583 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a Administração de clubes e fundos de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Auração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata dia* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: os valores dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Negociação e intermediação de valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Permanente

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou adquirido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, dentro da vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Em decorrência da alteração da alíquota, a Socopa constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas vigências em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado e análises da Administração.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

| | 2016 | 2015 |
|---|----------------|---------------|
| Disponibilidades | 3.182 | 4.943 |
| Aplicações em operações compromissadas (nota 5a e 17) | 39.200 | 11.799 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5b e 17) | 60.600 | 60.397 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 102.982 | 77.139 |

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| Re vendas a liquidar - Posição bancada | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN (nota 17) | 39.200 | - |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | 11.799 |
| Total | 39.200 | 11.799 |

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$782 (R\$511 em 2015).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | |
| Ligadas (nota 17) | 60.600 | 60.397 |
| Total | 60.600 | 60.397 |

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$5.139 (R\$3.453 em 2015).

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

| | 2016 | 2015 |
|--|--------------------------|---------------|
| | Acima de 12 meses | Total |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 27.054 | 27.054 |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | - | 8.366 |
| Cotas de Fundos de Investimentos - CFI | 22.416 | 22.416 |
| Total | 49.470 | 49.470 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 27.063 | 27.054 |
| Total de títulos disponíveis para venda | 27.063 | 27.054 |
| Total | 49.578 | 49.470 |
| (i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. | | |
| (ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. Para cotas de fundos de investimentos, o valor é atualizado de acordo com a cota fornecida pela Administração do Fundo. | | |
| No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$3.485 (R\$5.379 em 2015). | | |

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

| | 2016 | 2015 |
|--|--------------------------|---------------|
| | Acima de 12 meses | Total |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 27.054 | 27.054 |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | - | 8.366 |
| Cotas de Fundo de Investimentos - CFI | 22.416 | 22.416 |
| Total | 49.470 | 49.470 |
| Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). | | |
| Não houve reclassificação de categoria de títulos no semestre findo em 30 de junho de 2016. | | |

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foi apurado um resultado negativo de R\$7 (em 2015 negativo de R\$2), decorrente das operações com futuros.

7 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A., por intermédio da Instituição Líder Banco Paulista S.A., aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, para risco de liquidez, pela Resolução nº 3.721/09, do CMN, para risco de crédito, Circular nº 3.711/09, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, para risco operacional e pelas Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN, para gestão de capital.

8 CARTEIRA DE CÂMBIO

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|--------------|
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Câmbio comprado a liquidar | 2.173 | 1.424 |
| Direitos sobre venda de câmbio | 2.430 | 1.373 |
| Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos | - | (647) |
| Total | 4.603 | 2.150 |

Passivo

| | | |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Circulante | | |
| Câmbio vendido a liquidar | 2.400 | 1.361 |
| Obrigações por compra de câmbio | 2.182 | 1.423 |
| Total | 4.582 | 2.784 |

9 OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------------|------------------------|
| | Outros créditos | Outros créditos |
| | obrigações | obrigações |
| Caixa de registro e liquidação | 5.815 | 1.602 |
| Devedores/credores - Conta "liquidações pendentes" | 6.853 | 68.792 |
| Operações com ativos financeiros a liquidar | - | 103 |
| Comissões e corretagens a pagar | - | 888 |
| Total | 12.668 | 71.445 |

b) Diversos

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------|--------------|
| Circulante | | |
| Impostos e contribuições a compensar | 3.862 | 2.615 |
| Adiantamento para pagamento de nossa conta | - | 238 |
| Títulos e créditos a receber (i) | 788 | 753 |
| Devedores diversos no País | 3.102 | 1.461 |
| Créditos tributários (nota 16b) | 4.177 | - |
| Outros | 72 | 60 |
| Total | 12.001 | 5.127 |

Realizável a longo prazo

| | | |
|--|--------------|--------------|
| Devedores por depósitos em garantia (nota 20b) | 1.447 | 1.354 |
| Títulos e créditos a receber (i) | 2.363 | 2.256 |
| Créditos tributários (nota 16b) | 617 | 4.201 |
| Total | 4.427 | 7.811 |

(i) Títulos e créditos a receber referem-se a precatórios do Tesouro Nacional.

c) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Saldo inicial | 332 | 450 |
| Baixa para prejuízo | - | (103) |
| Reversões | 36 | 13 |
| Constituições | (28) | (158) |
| Saldo final da provisão | 340 | 312 |

10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|--------------|
| Circulante | | |
| Impostos e contribuições a recolher | 1.587 | 854 |
| Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b) | 706 | 585 |
| Impostos e contribuições sobre os lucros | 3917 | 564 |
| Total | 6.210 | 2.003 |

Exigível a longo prazo

| | | |
|---|--------------|--------------|
| Provisão para riscos fiscais (nota 20b) | 1.429 | 1.336 |
| Total | 1.429 | 1.336 |

b) Diversas

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|--------------|
| Circulante | | |
| Outras despesas administrativas | 551 | 1.506 |
| Comissões a pagar sobre operações de câmbio | 962 | 137 |
| Despesas de pessoal | 1.047 | 799 |
| Honorários advocatícios a pagar | 1.487 | 149 |
| Taxa depositária do Tesouro Nacional | 1.487 | - |
| Credores diversos | 910 | 2 |
| Total | 5.125 | 2.593 |

Exigível a longo prazo

| | | |
|--|--------------|------------|
| Honorários advocatícios a pagar | 473 | 453 |
| Provisões para passivos contingentes (nota 20b) | 398 | 33 |
| Provisões para passivos contingentes cíveis (nota 20b) | 746 | 153 |
| Total | 1.587 | 639 |

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2016, o Capital Social totalmente subscrito e integralizado de R\$66.000, é representado por 3.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de dividendos

O Conselho Social de Administração, em reunião realizada em 25 de junho de 2016, deliberou sobre a distribuição de dividendos, com base no lucro líquido de 2015, calculado nos termos da legislação societária. No semestre findo em 30 de junho de 2016, por decisão da diretoria, não foram pagos dividendos.

c) Lucros acumulados

No semestre findo em 30 de junho de 2016 a Corretora registrou lucro contábil de R\$4.471 (prejuízo de R\$4.139 em 2015).

d) Reserva legal

A Corretora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado.

12 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| Corretagens em operações em bolsas | 6.259 | 7.135 |
| Comissão de colocação de títulos | 1.934 | 2.931 |
| Administração de fundos de investimento | 9.169 | 4.973 |
| Corretagens de câmbio | 2.913 | 2.946 |
| Outros serviços | 1.285 | 85 |
| Total | 21.560 | 18.835 |

13 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2016 | 2015 |
|----------------------------------|--------|--------|
| Serviços do sistema financeiro | 5.335 | 5.580 |
| Processamento de dados | 2.670 | 2.581 |
| Atuários | 732 | 686 |
| Promoções e relações públicas | 42 | 223 |
| Propaganda e publicidade | 140 | 53 |
| Comunicações | 322 | 331 |
| Serviços de terceiros | 403 | 357 |
| Serviços técnicos especializados | 7.105 | 4.486 |
| Outras | 767 | 621 |
| | 17.116 | 14.951 |